

ARQUIVO OCULTO

Planalto impõe sigilo sobre encontros de Bolsonaro com pastores lobistas do MEC

PATRICK CAMPONEZ
patrick.camponez@globo.com.br

O Palácio do Planalto impôs sigilo sobre os encontros do presidente Jair Bolsonaro com os dois pastores acusados de cobrar propina para destravar recursos do Ministério da Educação, Arilton Moura e Gilmar Santos. A Presidência alegou que a divulgação de tais informações colocaria a vida do chefe do Executivo federal em risco.

O GLOBO solicitou, por meio da Lei de Acesso à Informação, os registros de entradas e saídas dos dois religiosos ao Planalto. Esses dados são diferentes daqueles que constam na agenda oficial do presidente, pois tratam da identificação feita nas portarias do prédio, tanto na entrada como na saída, pois nem todos os encontros de Bolsonaro são divulgados. O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) informou que a solicitação não poderá ser atendida sob argumento de que, além de expor a segurança do presidente e de seus familiares, a negativa estaria emparadeada pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A Controladoria-geral da União (CGU), outro braço do governo, contudo, tem um entendimento oposto ao do GSI. O órgão já emitiu parecer pelo qual defende a divulgação de registros de acesso a prédios públicos sem "um papel relevante no controle social, pois os dados têm potencial de indicar os contatos e as agendas de autoridades públicas, bem como de prevenir eventual conflito de interesse". Como mostrou ontem o "Jornal Nacional" da TV Globo, em 2019, portanto antes da LGPD entrar em vigor, o próprio GSI já disponibilizou a relação de nomes de visitantes do Planalto. De janeiro a setembro daquele ano, o primeiro do governo Bolsonaro, o pastor Arilton Moura foi ao palácio 24 vezes.

Já os dados disponíveis na agenda de Bolsonaro demonstram que ele se reuniu pelo menos quatro vezes com os pastores, três delas no Planalto e outra no MEC, com a presença do então titular da pasta Milton Ribeiro, que deixou o posto após vir à tona a



Juntos, Bolsonaro durante reunião com o pastor Gilmar Santos (à esquerda). Presidência alegou risco à vida do titular do Planalto para não divulgar encontros

Lucas Elias Bernardino @ib_jucaselias · 13 de abril de 2022
Em resposta a @jairbolsonaro
Presidente, o senhor pode me responder porque todos os assuntos espionhos/polêmicos do seu mandato, você põe sigilo de 100 anos? Existe algo para esconder?

Jair M. Bolsonaro @jairbolsonaro
- Em 100 anos saberá. 🙄
4:09 PM · 13 de abril de 2022

Ironia. Presidente responde no Twitter a internetista que questionou sigilo

atuação de Gilmar Santos e Arilton Moura no ministério. Embora não tivessem qualquer vínculo com a administração pública, ambos intermediavam reuniões de prefeitos com Ribeiro. O caso foi relevado pelo jornal "O Estado de S.Paulo". Além disso, prefeitos de diferentes cidades acusam Arilton Moura de cobrar propina para ajudá-los a destravar verbas que eles pleitearam junto à pasta. De acordo com um dos prefeitos, Moura atuava em parceria com Santos e o pagamento da contrapartida poderia ser datado por meio da compra de bíblias, conforme revelou o GLOBO. A Polícia Federal abriu um inquérito para investigar as denúncias.

A decisão de manter em segredo eventuais reuniões do mandatário da República com os pastores reforça a estratégia adotada pelo próprio Bolsonaro até aqui, de não esclarecer se tem relações com os religiosos. Milton Ribeiro sustentou em mais de uma ocasião que foi Bolsonaro quem lhe apresentou a Gilmar Santos. Numa gravação de uma reunião no ministério, divulgada pela "Folha de S.Paulo", Ribeiro diz que abriu as portas da pasta ao religioso por determinação do chefe. "Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar". Ao vedar os dados relativos aos encontros presidenciais, a Presidência da República opta

Comissão de Educação vira CPI informal

> Diante da resistência de senadores em assinar o requerimento de criação de uma CPI para investigar as suspeitas de ilegalidades no Ministério da Educação, a oposição transformou a Comissão de Educação da Casa em uma trincheira contra o governo e de apuração das supostas irregularidades.

> Em aproximadamente um mês, o colegiado já aprovou ou convite a pelo menos 21 pessoas para dar explicações, além da convocação do ministro interino do MEC, Victor Godoy, que deverá ser ouvida na primeira semana de maio. Cinco prefeitos e o presidente do FNDE, Marcelo Ponte,

compareceram às sessões da Comissão de Educação.

> A ideia do presidente da comissão, senador Marcelo Castro (MDB-PI), é reunir os elementos colhidos em depoimentos e por meio de requerimentos de informações e enviá-los às autoridades com poder investigatório, como o Ministério Público e a Polícia Federal, onde já há um inquérito sobre as suspeitas relativas ao MEC.

> Diferentemente de uma CPI no entanto, a comissão não tem prerrogativa de quebrar sigilos nem de convocar pessoas que não façam parte da administração pública.

por um posicionamento que também vai de encontro ao do Legislativo. A pedido do GLOBO, via LAI, o Congresso enviou os registros de entradas e saídas dos pastores. Nos últimos quatro anos, só Moura esteve ao menos 90 vezes na Câmara

entre janeiro de 2019 e março de 2022. Dentre os destinos com paradas no sistema de segurança, estão ao menos dez gabinetes de parlamentares de diferentes legendas, entre eles o do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP).

Especialistas ouvidos pelo GLOBO dizem que os dados negados pelo GSI são de interesse público.

—A LAI garante acesso a essas informações, pois se referem à circulação de pessoas em um prédio público e foram produzidas e armazenadas por entidades da administração pública. O interesse público se sobrepõe à proteção de dados pessoais — afirma a gerente de projetos da Transparência Brasil, Marina Atoji.

Autor do livro "Lei de Acesso à Informação: Reforço ao Controle Democrático", Fabiano Angélico tem entendimento semelhante:

— O argumento do GSI é um subterfúgio, ao meu ver, ilegal e inconstitucional. A LGPD foi feita para proteger o cidadão comum dos governos e das empresas. E não para proteger os poderosos.

CARGO COM O CENTRÃO

Outro foco de suspeitas no MEC passa pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O fundo tem privilegiado prefeitos de aliados dos partidos do Centrão, como PP, legenda do ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, e PL, sigla de Bolsonaro. O FNDE é presidido por Marcelo Ponte, afilhado político de Ciro Nogueira, de quem foi chefe de gabinete. A decisão de conceder o comando da autarquia ao Centrão foi uma das primeiras medidas de Bolsonaro críticas pelo chamado núcleo ideológico de seu governo, do qual fazia parte Abraham Weintraub, ministro da Educação à época.

Anteontem, em entrevista à CNN Brasil, Weintraub afirmou que Bolsonaro lhe obrigou a entregar o FNDE ao Centrão.

— Quem vai me dar ordem dessas? O meu chefe. Ele (Bolsonaro) falou: "Você vai ter que entregar o FNDE pro Centrão, não faça isso". E eu fiquei adiante o máximo que eu podia, fiquei adiante — disse o ex-ministro, hoje pré-candidato ao governo de São Paulo.

Em nota, o GSI diz que "ratifica o seu posicionamento de não difundir dados pessoais — de qualquer visitante — registrados em sua plataforma exclusiva restrita à segurança para o controle de acesso".

AS SUSPEITAS CONTRA OS RELIGIOSOS

Prioridade no MEC

Em áudio, o então ministro da Educação Milton Ribeiro afirmou que o governo priorizava, a pedido do presidente Jair Bolsonaro, prefeitos cujos pedidos de liberação de verbas foram negociados pelos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura. "Foi um pedido especial que o presidente da República fez para mim sobre a questão do (pastor) Gilmar", diz o ministro na conversa em que participou com prefeitos e os dois religiosos.

1 kg de ouro

O prefeito Gilberto Braga, de Luis Domingues (MA), disse que o pastor Arilton teria cobrado, de forma antecipada, R\$ 15 mil em troca de sua influência no Ministério da Educação, além de 1kg de ouro após a liberação dos recursos. A conversa teria ocorrido em abril de 2021 durante um almoço em um restaurante em Brasília, logo após uma reunião com Milton Ribeiro no MEC. A reunião no ministério, fora da agenda oficial do ministro, foi uma das diversas solicitadas pelos pastores.

Compra de bíblias

Os prefeitos Keltton Pinheiro, de Bonfimópolis (GO) e José Manoel de Souza, de Boa Esperança do Sul (SP), relataram pedidos de propina, por parte de Moura, variando entre R\$ 15 mil e R\$ 40 mil, além de compra de bíblias. Os pastores teriam chamado prefeitos para um almoço após reunião no MEC. Moura teria solicitado a Pinheiro dinheiro para ajudá-lo a conseguir recursos para a construção de uma escola. E também teria pedido que o prefeito comprasse bíblias para ajudar na construção de sua igreja.

Novas empresas

O pastor Gilmar investiu R\$ 450 mil para criar duas empresas em março. No mesmo dia ele abriu uma faculdade em Goiânia, com aporte inicial de R\$ 100 mil, e registrou uma editora na cidade vizinha de Aparecida de Goiânia, com capital de R\$ 350 mil. As duas foram registradas em sedes da Assembleia de Deus Cristo para Todos, igreja comandada por Santos e da qual Moura também faz parte. Não há sinal de que os locais sirvam para atividades além dos cultos religiosos.

'Me ajude que eu te ajudo'

O presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marcelo Lopes da Ponte, afirmou em depoimento à Controladoria-Geral da União (CGU) que recebeu "insinuações" de oferta de propina por parte de Moura. Ele disse que Arilton se apresentou ao FNDE por meio do MEC e que as ofertas de propina ocorriam por meio de frases criadas. "As insinuações do sr. Arilton nunca trataram de números, mas sim de frases como 'me ajude que eu te ajudo'", afirmou no depoimento.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4